Rua Esmeralda, 430 - 97110-767 – Faixa Nova – Camobi – Santa Maria – RS
Fone/FAX: (55) 3218 9800

Ata número 001/2016 do Colégio de Dirigentes – CODIR – do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha/RS. **Primeira Reunião Ordinária/2016.** Aos três dias do mês de março do ano dois mil e dezesseis, às oito horas e trinta minutos, na Reitoria, reuniram-se para a primeira reunião ordinária do ano de dois mil e dezesseis, sob a presidência da Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, professora Carla Comerlato Jardim, os Pró-Reitores: Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, Arthur Frantz; Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional, Nídia Heringer; Pró-Reitor de Ensino, Sidinei Cruz Sobrinho; Pró-Reitora de Extensão, Raquel Lunardi; Pró-Reitor de Administração, Vanderlei Pettenon; e os Diretores Gerais dos *campi*: Luiz Fernando Rosa da Costa, do *Campus* São Vicente do Sul; César Eduardo Stevens Kroetz, do *Campus* Santo Ângelo; Thiago Bressan, do *Campus* Jaguari; Ana Rita Kraemer da Fontoura, do *Campus* Panambi; Verlaine Denize Brasil Gerlach, do *Campus* Santo Augusto; Marcelo Éder Lamb, do *Campus* Santa Rosa; José Eduardo Gubert, representando o *Campus* Frederico Westphalen; Ícaro Lins Iglesias, representando o *Campus* São Borja; João Carlos de Carvalho e Silva Ribeiro, do *Campus* Avançado de Uruguaiana; Ana Paula da Silveira Ribeiro, do *Campus* Alegrete; e Rodrigo Carlotto, do *Campus* Júlio de Castilhos. O Colegiado de Dirigentes – CODIR foi convocado por meio do Mem. Circ. Nº 027/2016 – REITORIA/IF FARROUPILHA, de 29 de fevereiro de 2016, com a seguinte pauta: **Abertura:** aprovação e assinatura da Ata Nº 010/2015/CODIR, da 10ª Reunião Ordinária; organogramas institucionais, conforme proposta da comissão designada para a revisão do regimento e da portaria de estrutura organizacional; aprovação das contas 2011/TCU; relato de reuniões extraordinária e ordinária 2016 do CONIF; processo eleitoral do IF Farroupilha 2016; registro eletrônico de frequência dos docentes; reunião do CONIF em Santa Maria; e Nota Técnica SEI Nº 6197/2015-MP. ***Campus* Santo Ângelo:** considerações sobre afastamento parcial para qualificação. ***Campus* Jaguari:** ponto eletrônico – Acordo 19/2015 Proifes. ***Campus* Alegrete:** flexibilização da jornada de trabalho/ampliação do atendimento ao público para setores administrativos (Coordenação de Licitações e Contratos; e Coordenação de Orçamento e Finanças). **PROAD:** informes gerais da Pró-Reitoria de Administração. **PROEN:** cadastramento institucional: oferta EAD Nível Superior/Curso de Formação Pedagógica de Docentes para EPT; IV Seminário de Gestores de Ensino e Assessores Pedagógicos (15 e 16/04); Processo Seletivo 2017 (confirmação de cursos ofertados/planilha anexa); informes gerais da Pró-Reitoria de Ensino. **PROEX:** informes gerais da Pró-Reitoria de Extensão. **PRPPGI:** Regulamento do Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia (NIT) do IF Farroupilha; informes gerais da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação. **PRDI:** Processo Seletivo 2016: mapa dos números do ingresso de alunos – análise formal será feita com formulários específicos, a serem respondidos pelos *campi* – CGPDI/avaliação; editais IF Farroupilha: alteração procedimental – elaboração, publicação e acompanhamento; Relatório de Gestão 2015: andamento – CGPDI; Projeto *Wireless* Integrado: cronograma de ações – CGTI; Portal IF Farroupilha: CGTI/ASCOM; mapa de nomeações/aproveitamento de concursos e definições atinentes à continuidade; ENAP em REDE: avaliação 2015 e Plano de Trabalho 2016; Formação Gestores – IGEAP: Planejamento Estratégico e Gestão de Pessoas; e implantação SIG:

analistas de TI/participação; e informes da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional: ENEM: campanha de divulgação IF Farroupilha; prazos CIS: *campus* ainda sem representantes em totalidade/histórico – anexo; PID: cadastros de projetos; protocolo: estrutura organizacional e alterações procedimentais; Regimento Geral: consulta pública; e perícias médicas: procedimentos institucionais. Após a abertura da sessão, passou-se para a assinatura da **Ata Nº 010/2015/CODIR**, aprovada por unanimidade, nos termos enviados. No momento posterior, a reitora empossou os membros da nova **Comissão de Ética**. Agradeceu aos colegas que se disponibilizaram para assumir a Comissão e salientou que essa instância de governança possui valor imprescindível. Posteriormente, procedeu-se à apresentação dos **organogramas institucionais** propostos pela comissão designada para revisão do regimento e da portaria de estrutura organizacional, com apresentação realizada pelo presidente desta, Roberson Oliveira. O servidor falou sobre a disponibilização da estrutura no SIORG, que permitiria a implantação do Protocolo Integrado. Comentou da estrutura organizacional atual do IF Farroupilha. Salientou a limitação relacionada à quantidade limitada de funções gratificadas disponíveis. Ainda, sobre a estrutura organizacional dos institutos federais, como também sobre as demandas comuns e prioritárias apontadas no Plano de Desenvolvimento Institucional, entre elas, a padronização dos organogramas entre as unidades, visando à distribuição paritária de funções gratificadas. Comentou da unidade colegiada e dos assessoramentos de caráter obrigatório, citando exemplos como: Auditoria Interna; Comissão de Ética; Comissão Permanente de Sindicâncias e Inquéritos Administrativos - COPSIA; Ouvidoria; Serviço de Informações ao Cidadão – SIC; Comissão Interna de Supervisão – CIS; Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD; Comitê de Tecnologia da Informação – CTI; Comitê Gestor de Segurança da Informação – CGSI; e Comissão Própria de Avaliação – CPA. Em seguida, citou o modelo de distribuição de cargos e funções propostos pela SETEC, com base no histórico de repasse de cargos (Lei Nº 12.677, de 25 de julho de 2012). Na oportunidade, a professora Carla apresentou o anexo V da tabela mencionada e explicou a distribuição realizada em 2002. Posteriormente, Roberson explicou que, de acordo com a proposta, com exceção dos *campi* Alegrete e São Vicente do Sul, todos os demais teriam estrutura equivalente, conforme seu padrão/categoria, em CD-0002, CD-0003, CD-0004, FG-0001 e FG-0002. Em seguida, apresentou proposta de alteração de funções nos *campi* Alegrete e São Vicente do Sul: Setor de Apoio Pedagógico; Setor de Estágio (mesma função que a do setor de produção); de fusão da Coordenação de Pesquisa e Pós-graduação e da Coordenação de Extensão e Produção. Também, de modificações de funções dos *campi* Santo Augusto, Júlio de Castilhos, São Borja, Santa Rosa e Panambi, em relação ao Setor de Almoxarifado; de fusão da Coordenação de Pesquisa com a Coordenação de Pós-graduação, e da Coordenação de Extensão com a Coordenação de Produção; e criação de assessorias de livre designação pelos *campi*. Comentou sobre as alterações de funções do *Campus* Jaguari e do *Campus* Santo Ângelo, relacionadas a: Coordenação de Ações Inclusivas; fusão da Coordenação de Pesquisa e com a Coordenação de Pós-graduação e da Coordenação de Extensão com a Coordenação de Produção; e Coordenação de Educação a Distância. Apresentou, ainda, a proposta de estrutura organizacional do *Campus* Frederico Westphalen e do *Campus* Avançado Uruguaiana. Por fim, apresentou a proposta de estrutura

organizacional da Reitoria, elencando as modificações: constituição da Secretaria de Avaliação Institucional; da Secretaria Executiva; da Secretaria de Comunicação; da Secretaria de Governança. Comentou que as assessorias, pela proposta, passariam a ser estratégicas, não específicas, de livre designação. Comentou que a proposta não previa alterações na Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, na Pró-Reitoria de Extensão e na Pró-Reitoria de Ensino. O professor Marcelo questionou sobre o Núcleo de Inovação Tecnológica, no que o Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, Arthur Frantz, falou sobre os trâmites dos processos. O professor Sidinei opinou a respeito do cuidado com a burocratização destes. Ícaro questionou sobre o Setor de Biblioteca, no que o professor Sidinei destacou a Coordenação de Biblioteca e falou sobre a previsão legal das atribuições do bibliotecário. O professor Arthur também comentou sobre a proposta da união das Coordenações de Pesquisa e Pós-Graduação com as Coordenações de Extensão e Produção; a Pró-Reitora de Extensão, Raquel Lunardi, ressaltou a possibilidade da ação, a qual geraria igualdade para o desenvolvimento de ações entre os *campi*. A professora Carla comentou da importância de se ter uma estrutura organizacional mais contemporânea para as tomadas de decisão e pediu uma discussão objetiva. A Diretora Geral de Alegrete, Ana Paula Ribeiro, parabenizou o trabalho da comissão e questionou da união das coordenações, tornando-se "Pesquisa e Pós-Graduação" e "Extensão e Produção"; perguntou ainda do andamento dessa discussão. Raquel comentou da disponibilização de documentos via Google *Drive*, como também da videoconferência realizada com os diretores das respectivas aéreas e que, na oportunidade, não foram enviadas sugestões ou críticas. O professor Arthur comentou que essa distribuição permitiria isonomia das coordenações e das atribuições atinentes às coordenações. O professor Luiz Fernando destacou o número elevado de laboratórios de pesquisa, extensão e produção; e considerou inadmissível unir tais coordenações e igualar o que não é igual. Por último, reprovou o modelo por não atender ao *Campus* São Vicente do Sul satisfatoriamente. A professora Carla considerou os argumentos pertinentes e lamentou que esta proposição não tenha sido apresentada antes. No momento posterior, questionou se os diretores gerais haviam trazido propostas para resolver a situação. Raquel reiterou que não se trata da exclusão de uma coordenação, bem como da distribuição de funções para igualar os outros *campi*, e que a proposta foi a forma encontrada. Roberson destacou que o diferente continua sendo tratado como diferente, justificando que as coordenações em questão receberiam FG-0001 nos *campi* Alegrete e São Vicente do Sul. O professor Marcelo comentou sobre a metodologia da consulta sobre o organograma que se deu a partir dos Comitês Assessores das Pró-reitorias que discutiu em seu âmbito e que é a primeira vez que se tem a proposta do o organograma completo, no que a professora Carla explicou que compete ao Colégio de Dirigentes apresentar a criação e/ou alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional da Instituição. O professor Marcelo sugeriu que, mesmo sem funções, outro organograma fosse criado, para que todos os setores aparecessem. Roberson falou sobre os setores de Almoxarifado e de Patrimônio. Também salientou versão em *Excel* enviada para testes e elaboração de novas propostas. O Diretor Geral de Jaguari, Thiago Bressan, comentou que também não aprovou a união das coordenações supracitadas. O professor Marcelo sugeriu que protelemos a tomada de

decisão, para que agora com o organograma completo possa ser novamente apreciado nos Campus, no que o professor Luiz Fernando concordou. Como encaminhamento, a professora Carla solicitou a análise dos organogramas junto com as respectivas equipes, dez dias como prazo, para discussão na reunião extraordinária deste colegiado, reiterando o pedido de que as propostas sejam realizadas e fechadas para discussão e apresentação. A professora Carla sugeriu a data de 17 de março, quinta-feira, para a sessão extraordinária, e que aqueles *campi* que propuserem alterações as compartilhem até segunda-feira, quatorze de março. Orientou que, a partir do material que seria novamente enviado, deveriam ser levadas justificativas prontas à reunião. Posteriormente, a professora Carla comentou da **aprovação das contas 2011/TCU**, que o Tribunal de Contas da União julgou regulares as contas desta instituição. Comentou das denúncias realizadas na época e que não foram encontradas irregularidades. Na sequência, apresentou **relato das reuniões extraordinária e ordinária 2016 do CONIF**: destacou a demanda do Ministério de Educação de que os institutos potencializem oferta de cursos de formação inicial e continuada, a fim de atuar nos processos de qualificação e requalificação dos trabalhadores desempregados, para que eles tenham mais oportunidades de reinserir-se no mundo do trabalho. Solicitou aos dirigentes que façam essa discussão nas unidades com os colegas. Comentou ainda do ato no Palácio do Planalto para o lançamento do PRONATEC 2016. Salientou atuação para minimização de índices de desemprego, como os *campi* podem desenvolver ações, conforme definimos na missão institucional. Também destacou as ações de combate ao mosquito *Aedes aegypti*, dos relatórios preliminares e que continuaremos com as estratégias de mobilização desenvolvidas pelas instituições da Rede Federal. O Diretor Geral de Santo Ângelo, Cesar Kroetz, comentou da distribuição dos materiais, no que a professora Carla comentou que cada um dos estados brasileiros possui um escritório que centraliza ações com o mapeamento das demandas de materiais. Após, para conhecimento, deu ciência da auditoria da Controladoria Geral da União em quinze instituições federais, que versou basicamente sobre a relação aluno e professor. Comentou do banco de professor equivalente e técnico-administrativo equivalente. Explicou que os códigos de vaga são criados por lei; autorizados pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão e distribuídos pelo Ministério da Educação, salientando como se dá esta autorização: por meio da portaria baseada relação aluno/professor, e que a última portaria expedida foi em maio de 2004, o que faz com que nosso instituto não tenha banca de docente e que o saldo de técnico-administrativos em educação seja pequeno. A professora Carla apresentou dois cenários: não devemos ter expectativa de novos servidores, e os que vierem serão destinados para os *campi* em implantação, a fim de priorizar: *Campus* Jaguari; *Campus* Santo Ângelo e *Campus* Frederico Westphalen. Ainda sobre esse assunto, pontuou demanda, através do CONIF, para que o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão publique portaria atualizando esta relação de aluno e professor. A Diretora Geral de Panambi, Ana Rita, também comentou da expectativa de atualização dessa portaria para professores de 20 horas. A professora Carla comentou ainda do decreto presidencial com a extinção de ministérios e cargos. Também, que ainda não há decreto presidencial com os cortes orçamentários, mas que a previsão é de contingenciamento médio de vinte por cento. Sobre o processo eleitoral, comentou do

Rua Esmeralda, 430 - 97110-767 – Faixa Nova – Camobi – Santa Maria – RS
Fone/FAX: (55) 3218 9800

cronograma para deflagrar esses processos e da intenção de estarem concluídos no mês de agosto, para homologação no Ministério da Educação. Comentou ainda da reunião do CONIF em Santa Maria, de 7 a 9 de junho. No momento posterior, comentou da **Nota Técnica SEI 6197/2015**, que trata da possibilidade de afastamento parcial para fins de realização de curso pós-graduação *strict sensu* sem a necessidade de compensação de horário. Comentou que os docentes utilizam horário de planejamento e da revisão da Resolução 019/2011. Após, solicitou padrão de comportamento de aplicabilidade até que esta seja finalizada. A Diretora Geral de Santo Augusto, Verlaine Brasil, pontuou que a nota esclarece alguns pontos, porém outros não. O Diretor-Geral de Júlio de Castilhos, Rodrigo Carlotto, comentou do Artigo 11 da Resolução, da necessidade de detalhamento. O Diretor Geral de Santo Ângelo, Cesar Eduardo Stevens Kroetz, comentou sobre a jornada ininterrupta e do afastamento parcial. A professora Carla pontuou que se duas pessoas do mesmo setor solicitaram afastamento é uma decisão de gestão do *campus* os critérios de seleção. Solicitou que esses apontamentos sejam levantados no momento da discussão, no Colegiado de *Campus*, com representantes de todos os segmentos. Também sugeriu mapeamento dessas situações e elaboração de critérios com o Colegiado de *Campus*. Destacou que o que não pode acontecer é o fechamento do setor. Comentou do interesse institucional e sugeriu novamente que essa discussão seja pauta do Colegiado de *Campus*. O professor Luiz Fernando questionou os editais de afastamento. A professora Carla comentou da proposta de cronograma definido institucionalmente e que seja descentralizado, uma vez que é por *campus*. Explicou que o processo pode se dar em cada unidade de forma mais rápida e ágil. Além disso, comentou do Acordão TCU que trata da impossibilidade de contagem do tempo em afastamentos para qualificação para fim de aposentadoria especial do magistério. José Eduardo Gubert pontuou princípio do direito adquirido. O professor Marcelo solicitou esclarecimento e questionou da licença capacitação: se fica condicionada ao planejamento interno e da necessidade de comprovação compatibilidade de horários. A professora Carla pontuou que essa não permite substituto, devendo ser planejada. O professor Marcelo também questionou de como se procede para afastamento total para realização de estágios, no que a professora Carla comentou da regulamentação da Resolução 019/2011. Como encaminhamento, a Reitora, Carla Comerlato Jardim, apresentou proposta de atendimento padrão, entre as unidades, de concessão de afastamento parcial a servidor: sugeriu analogia ao Regulamento Atividade Docente para que os servidores técnico-administrativos em educação também tenham até 16 horas de afastamento para fins de realização de curso de pós-graduação *strictu sensu* no País, sem a necessidade de compensação de horário, quando a participação não puder ocorrer simultaneamente ao exercício da jornada. Para os cursos de pós-graduação *lato sensu,* a professora Carla sugeriu acordo padrão de até oito horas, se comprovada incompatibilidade com a jornada de trabalho. Destacou ainda que as duas propostas apresentadas devem considerar a garantia do pleno funcionamento do setor e perdurarão até que a revisão da Resolução 019/2011 seja finalizada e aprovada no Conselho Superior. Também ficou definido que os processos serão formalizados via SIG, módulo RH, e que será registrado automaticamente na efetividade do servidor. As propostas foram aprovadas por unanimidade. O próximo ponto de pauta foi o **Acordo 19/2015**

Proifes, no que a Reitora comentou que nenhum servidor da instituição é sindicalizado ao Proifes, portanto o acordo celebrado não tem impacto. Também fez a leitura da cláusula sexta desse: o controle de frequência do professor da carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico terá o mesmo tratamento hoje dado ao professor da Careira de Magistério Superior, com alteração da legislação pertinente. Destacou a necessidade de alteração de lei. Como próximo ponto de pauta, por solicitação do *Campus* Alegrete, **flexibilização da jornada de trabalho/ampliação do atendimento ao público** para os setores administrativos (Coordenação de Licitações e Contratos; e Coordenação de Orçamento e Finanças). A Diretora-Geral, Ana Ribeiro, pontuou que se trata de uma demanda dos alunos, no que a professora Carla solicitou posicionamento e apresentação Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional. A Pró-Reitora Nídia Heringer apresentou histórico da implantação da flexibilização da jornada de trabalho/atendimento ininterrupto ao público, elencando setores que já realizam. Também comentou que, na 10ª Reunião Ordinária do Colégio de Dirigentes - CODIR, a Direção Geral do *Campus* Santa Rosa solicitou avaliação dos setores implantados para, então, a partir da posse do relatório e das justificativas dos setores demandantes, ocorram novas liberações, bem como análise dos setores de produção e, para isso, a necessidade de constituição de grupo de trabalho/estudo. Ainda, que na 1ª Reunião Ordinária do Conselho Superior, por meio da Resolução 008/2016, alteração da Resolução 021/2013, substituindo-se as referências à CPPTAE por CIS, para adequação/atualização, a fim de constituição Comissão Permanente de avaliação. Nessa reunião, Nídia Heringer reapresentou solicitações dos setores demandantes, sendo estes: *Campus* Alegrete - Coord. Orçamentária e Finanças; *Campus* Panambi e Alegrete - Licitações e Contratos; *Campus* Alegrete e Reitoria/Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional - Setor Protocolo; e Gabinete/Reitoria - Gabinete e ASCOM. Também que, em São Borja, foi solicitado envio das justificativas, e que o encaminhamento já foi realizado. Raquel Lunardi comentou do grupo de trabalho dos setores de produção. Luiz Fernando comentou sobre a implantação de jornada ininterrupta em um laboratório de ensino, pesquisa e extensão, com possiblidade de implantar no segundo. O professor Marcelo apresentou proposição de atendimento ininterrupto de no mínimo doze horas no Setor de Patrimônio. Após, Nídia Heringer realizou a apresentação das justificativas dos setores demandantes e supracitados. Na oportunidade, o professor Marcelo realizou defesa implantação do Setor de Patrimônio, apresentando a justificativa. Posteriormente, Nídia questionou manifestação dos dirigentes. Não havendo, a professora Carla consultou aos dirigentes se entendem que as propostas podem ser deliberadas nesta sessão: *Campus* Alegrete - Coord. Orçamentária e Finanças, aprovado; *Campus* Panambi e Alegrete - Licitações e Contratos; nenhum posicionamento contrário; *Campus* Alegrete e Reitoria/Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional - Setor Protocolo, com nenhum posicionamento contrário; Gabinete/Reitoria - Gabinete e ASCOM, com nenhum posicionamento contrário; e também *Campus* Santa Rosa - Setor de Patrimônio com nenhum posicionamento contrário. Portanto, a manifestação do Colégio de Dirigentes foi favorável ampliação do horário de atendimento nessas unidades. No momento posterior, a professora Carla questionou aos dirigentes se esta implantação seria imediatamente ou após o resultado da avaliação, conforme estabelecido na última reunião. O professor Marcelo reforçou a

necessidade de avaliação dos usuários antes de proceder a novas concessões de atendimento ininterrupto a outros setores. Ana Paula Ribeiro defendeu o imediatismo e que não vê impedimento da ampliação dos setores já definidos, no que o professor João Carlos também concordou em iniciar o processo neste momento. Luiz Fernando questionou que, em não havendo disponibilidade da jornada ininterrupta, o regime de trabalho de quarenta horas semanais e que qualquer outra forma de organizar é caráter excepcional da opção expressa do servidor e que aqueles *campi* com limitadores de transporte os servidores podem optar e que poderá desempenhar regra geral da sua função. Em votação, com duas proposições: se setores demandantes possam entrar em funcionamento tão logo análise legais ou não iniciemos até que tenhamos acesso comissão permanente de avaliação. Em votação, com a maioria dos votos favoráveis, dois votos contrários e com duas abstenções, optou-se, após análise da força de trabalho, pela implantação imediata nos setores demandantes. A professora Carla solicitou estudo de cargos diferentes e envio à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional. Após, pauta da Pró-Reitoria de Extensão: **PRONATEC 2016**. Sobre isso, a professora Verlaine considera temeroso iniciar as aulas sem o orçamento. O professor João Carlos sugeriu não iniciar nenhuma ação até que sejam efetivados os pagamentos de dezembro de 2015. Como encaminhamento, ficou acordado de que cada unidade reveja situação para posterior reunião com a Pró-Reitoria de Extensão. Posteriormente, passou-se para a discussão do **registro eletrônico de frequência**, e a professora Carla comentou que o uso do Sistema Integrado de Gestão tem como intenção simplificar a vida dos servidores, e que é uma ferramenta possibilita qualquer servidor com dispositivo eletrônico registrar sua efetividade em poucos segundos. Na oportunidade, Thiago Sonnenstrahl comentou da lentidão do sistema, problemas com link da internet. Aliado a isso, o sistema permaneceu instável e que, verificando-se isso, abriram chamado para a AVMB, a fim de solucionar tal questão. A professora Nídia comentou da reunião que será realizada amanhã, às 14 horas, com a empresa. A professora Carla comentou da decisão coletiva do Colégio de Dirigentes pela aquisição do sistema. Ademais, salientou que a implantação está sujeita problemas inerentes do sistema. Destacou, ainda, que não existe possibilidade de retroceder e apresentou possibilidades a fim de diminuir os acessos, tal como registro duas vezes; intervalo pré-programado (servidor registra entrada e saída); das homologações. Essas serão discutidas na reunião com a empresa. Além disso, sugeriu maior envolvimento dos analistas de Tecnologia Informação dessas unidades, sugerindo grupo de trabalho com um representante de cada *campi.* Apresentou a proposta de manter o ponto eletrônico, mas que as chefias imediatas tenham um ponto paralelo para o dia que cai a rede o registro seja por esta, uma vez que sistema está em implantação sendo estratégia para que o servidor possa realizar comprovação da efetividade. Também sugeriu orientação clara nas unidades. Comentou dos atestados, no que a professora Carla exemplificou que esta etapa será iniciada no mês de março, tais como afastamentos saúde e as escalas de trinta horas. Também comentou da falta justificada, no que Thiago comentou de ajustes. Marcelo questionou como era o registro de efetividade antes da implantação do ponto eletrônico, no que Roberson explicou que faltas justificadas vêm via processo. Roberson comentou do adicional noturno e esclareceu como era antes e como será agora. Rodrigo destacou que o sistema integrado

Rua Esmeralda, 430 - 97110-767 – Faixa Nova – Camobi – Santa Maria – RS
Fone/FAX: (55) 3218 9800

de gestão precisa de otimização de serviços e sugere flexibilização do registro nessa fase de implantação. A professora Carla comentou da obrigação de controlar as demandas e as prerrogativas de interferir o que está posto e reafirmou que o controle de frequência deverá utilizar os dois sistemas para todos até que o processo de implantação seja finalizado. Thiago S. pontuou sobre a acessibilidade do sistema, no que professora Carla citou o caso de dois servidores que têm justificativa plena até que UFRN ajuste o registro de efetividade de outra forma, pois o sistema não é acessível aos deficientes visuais. Ana Paula comentou dos dois sistemas e que o servidor que porventura não conseguir registrar no sistema, utiliza-se o biométrico, no *Campus* Alegrete. Nídia Heringer pontuou da possibilidade de equiparação, mas até que isso aconteça existe o posicionamento dos gestores. A professora Carla comentou das diretrizes legais e que o registro do professor é quando está no *campus* e que a dispensa efetiva construção com Ministério do Planejamento. Salientou dos direitos e deveres dos servidores públicos e questionou de que forma minimizaremos os problemas técnicos. Como encaminhamento, ficou estabelecido que se utilizará ponto paralelo quando o sistema não funcionar: Alegrete e São Borja com biometria e demais *campi* com folha de registro. Como encaminhamento, ficou acordado que as pautas não apresentadas serão discutidas no dia 17 de março. Nada mais havendo a tratar, a Reitora, Carla Comerlato Jardim, agradeceu a participação e encerrou a reunião, e eu, Cristiane Alves, lavrei esta Ata, que será assinada pelos presentes.

Carla Comerlato Jardim
Presidente do Colégio de Dirigentes

Ana Paula Silveira Ribeiro

Ana Rita Kraemer Fontoura

Arthur Frantz

César Eduardo Stevens Kroetz

Ícaro Lins Iglesias

João Carlos de C. e S. Ribeiro

José Eduardo Gubert

Vanderlei Peltenon

Verlaine Denize Brasil Gerlach

Luiz Fernando Rosa da Costa

Marcelo Éder Lamb

Nídia Heringer

Raquel Lunardi

Rodrigo Carlotto

Sidinei Cruz Sobrinho

Thiago Bressan